(190)

PINR1334

PF vai permanecer nas áreas indígenas de RR

BRASÍLIA — O presidente Collor vai reunir ministros e secretários de Estado, dia 26, para decidir o futuro do órgão governamental responsável pelos índios brasileiros. A Fundação Nacional do Índio vive um momento de impasse: sem recursos e sem apoio político, a Funai não demarcou com uma área indígena sequer, desde março, embora a nova Constituição tenha fixado prazo até 1993 para que todas as reservas no país estejam delimitadas.

Os conflitos em vários estados multiplicam-se, e este será um dos principais assuntos da reunião convocada pelo presidente. O secretário de polícia Federal, Romeu Tuma, entregará a Collor um relatório sobre a situação dos índios lanomami, em Roraima. Segundo Tuma, sob a permanência da PF na área evitará nova invasão de garimpeiros — mais de 40 mil homens entraram na área desde 1987.

A preocupação dos técnicos da Funai é com a possibilidade de extinção do órgão. Para eles, esta medida não resolverá os problemas que se acumularam ao longo das duas últimas décadas na aplicação da política indigenista. O governo Collor, como os anteriores, não definiu ainda um programa efetivo para a Funai. Com a extinção do Ministério da Justiça depois de ter sido cogitada sua anexação à Secretaria Nacional do Meio Ambiente, o secretário da Seman, José Lutzenberger, não quis assumir o encargo das questões indígenas, argumentando que a sua secretaria já tinha problemas demais.

Na reunião do dia 26, Lutzenberger apresentará uma série de sugestões para melhorar o desempenho da Funai, entre elas e de transformar a Fundação numa secretaria diretamente vinculada à presidência da República para tratar da questão indígena. O próprio

Lutzenberger já se encarregou de garantir recursos para as áreas indígenas, colocando o assunto na pauta de negociações com os programas ambientais no Brasil. Em recente reunião interministerial convocada para discutir a questão indígena, Lutzenberger fez um veemente discurso criticando a "Funai do passado", mesmo rodeado por representantes das Forças Armadas e da secretaria de Assuntos Estratégicos — que substituiu a antiga Saden — secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. Foram estes setores que, nos últimos anos, defenderam a tese de que os índios no país ocupam terras demais e por isso influram no desmatamento de reservas contínuas como a dos índios lanomami, em Roraima, e Tucano, no Amazonas, em nome da Segurança Nacional.

A indefinição do governo sobre a situação da Funai tem-se refletido no atraso na demarcação dessas áreas que atingem cerca de 760.000 hectares, uma área três vezes maior do que a do Estado de São Paulo. Menos da metade dessas terras foi demarcada. A própria Funai reconhece que, nos últimos anos, o número de reservas indígenas demarcadas vem, diminuindo: dentre as 550 áreas conhecidas, 289 ainda estão por demarcar. No governo Collor a situação ficou ainda mais crítica com a extinção do grupo interministerial que deliberava sobre o assunto. Até agora não se decidiu como este trabalho continuará a ser executado.

No decorrer deste ano, foram assassinados pelo menos oito índios, em 1989 houve o registro de dez mortes. Além disso, só em 90, sem perspectiva de trabalho e vivendo em pouca terra, quinze índios Guaraní, do Mato Grosso do Sul, suicidaram-se. A maioria era adolescente.

Operação vai conter invasões no PA

BRASÍLIA — O sul do Pará será palco de uma das maiores ações já feitas pela Polícia Federal em áreas de tensão social e agrária.

No próximo ano, em data mantida sob sigilo, cerca de 300 homens serão deslocados para a região, dando início a Operação Realiza, de combate à violência e ao conflito entre os índios Kalapó e fazendeiros. A Polícia Federal também prepara uma operação de retirada dos garimpeiros do território lanomami, em Roraima, e aguarda autorização do presidente da República para "montar guarda" na região, evitando assim uma nova invasão dos mineradores.

Desde janeiro, foram retirados cerca de 500 garimpeiros, mas aproximadamente 650 ainda permanecem em terras indígenas, refugiados na floresta à espera de que a Polícia Federal se retire da área para retornarem aos garimpos. A falta de fiscalização por parte do Departamento de Aviação Civil (DAC), do Ministério da Aeronáutica, permite que, diariamente, decolam do Aeroporto de Boa Vista e das pistas clandestinas dezenas de aviões levando mantimentos e combustível para os garimpeiros que já reiniciaram suas atividades na área lanomami. Tuma defende a continuidade da ação na região, para evitar a reconstrução das pistas de pouso destruídas e

a consequente desmoralização da Polícia Federal perante a opinião pública.

Na primeira etapa da Operação Selva Livre desenvolvida em território lanomami, com o apoio do Exército e da Aeronáutica, a Polícia Federal dinamitou 81 pistas clandestinas. Os garimpeiros reconstruíram seis, das quais quatro foram novamente destruídas. A ação provocou certa apreensão nos proprietários da terra da região. O fazendeiro Galdino Antonio da Silva chegou a entrar com ação na Justiça pedindo o depósito de uma indenização preventiva no valor de 2 milhões de BTNs, caso a Polícia Federal dinamitasse o aeródromo da Agropastoral Sol Nascente, de sua propriedade, o que não ocorreu.

A manutenção de uma equipe de agentes federais na região também evitará um limítimo confronto armado entre os Kalapó e os fazendeiros que tiveram suas propriedades invadidas pelos indígenas. Os fazendeiros estão revoltados com a situação, porque suas terras não estão na áreas demarcadas pelo governo. O conflito envolve fortes interesses econômicos em torno da rica reserva de mogno — madeira nobre exportada para os Estados Unidos e Europa, e que só para as lideranças Kalapós representa a cada ano ganhos de até US\$ 40 milhões (cerca de Cr\$ 640 milhões) em royalties, pagos pelos madeireiros.